

FORÇAS ARMADAS SOB ESCRUTÍNIO

INFORMES
TEMÁTICOS 2024



GEDES

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL



Observatório
Brasileiro de
Defesa e
Forças Armadas
EPPEN-UNIFESP

Apresentação

O *Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)* é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede [*Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas*](#), coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança ([*GEDES*](#)) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "Informes Temáticos", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira no primeiro semestre de 2024, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação sintetiza os materiais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense sobre a defesa e as forças armadas do Brasil, agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "Informes Temáticos" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Os Informes Temáticos 2024 foram elaborados por graduandos/as em Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), como atividade extensionista da disciplina "Estudos de Defesa".

Convidamos toda a comunidade para apreciar o Informe!

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe Informe Brasil- 2024

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe técnica

Felipe Bechara Medeiros Gesteira (Unifesp)

Supervisão

Leonardo Pontes Vinhó

Redação

Ana Julia Ferreira dos Santos

Camila Mika Ozassa Sawada

Duany Ferreira

Felipe Bechara Medeiros Giesteira

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isabelle Costa

Letícia Pereira de Lima

Lucas Biagini Muniz e Borges

Marcela Furlan de Cena

Maria Luiza de Barros Costacurta

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Mariana Sala

Yasmin Duarte Resende

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). SILVA, A. L. R. ; MOROSI, L. A; OLIVEIRA, T. V. B. Forças armadas sob escrutínio. Temático 2024. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2025.

FORÇAS ARMADAS SOB ESCRUTÍNIO

Alice Luz Ribeiro da Silva
Letícia Amorim Morosi
Tais Valéria Barros de Oliveira

Graduandas em Relações Internacionais
EPPEN/UNIFESP

No ano de 2024, os jornais Folha de S. Paulo, Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo colocaram sob escrutínio a instituição militar dando visibilidade para seus principais escândalos. Entre os acontecimentos centrais destacam-se a investigação do ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, nas apurações do caso de venda de joias do tesouro nacionais e dos atos golpistas; os desdobramentos da averiguação do assassinato de Marielle Franco; para além de reportagens diversas denunciando ações de despreparo e corrupção dentro da corporação. A primeira parte deste informe apresenta um resumo dos fatos que colocaram os militares em exame no ano de 2024, seguido por uma análise de como a imprensa escrita noticiou tais fatos e, por fim, uma avaliação final sobre as discussões apresentadas.

As forças armadas sob exame: resumo dos fatos noticiados em 2024

O caso Mauro Cid

Em 2024, as Forças Armadas brasileiras se viram no centro do debate público, sendo alvo de intenso escrutínio por parte da

imprensa e da sociedade civil. Os principais acontecimentos giraram em torno das revelações relacionadas ao tenente-coronel

Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, e de seu pai, o general da reserva Mauro Lourena Cid. Ambos se tornaram figuras-chave em investigações sobre escândalos envolvendo a venda de joias oficiais, tentativas de golpe de Estado e o uso político de estruturas militares e estatais.

Em março, a divulgação de áudios comprometedores atribuídos a Mauro Cid reacendeu a tensão entre os militares e o sistema judiciário. Nos áudios, o tenente-coronel alegava ter sido pressionado pela Polícia Federal (PF) a ajustar sua colaboração premiada às “narrativas” da investigação, ao mesmo tempo em que criticava duramente o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), por concentrar poderes e agir, segundo ele, com arbítrio.

A repercussão dos áudios levou à prisão de Mauro Cid por descumprimento de medidas cautelares, sendo que, durante o depoimento ao STF, ele afirmou que sua colaboração havia sido voluntária e sem coação. A defesa do militar confirmou a autenticidade dos áudios, mas alegou que se tratava apenas de um “desabafo”. A imprensa interpretou o episódio como potencial obstrução de justiça, o que poderia levar à anulação do acordo de colaboração.

Colunistas dos principais jornais do país passaram a interpretar a

movimentação como uma estratégia do grupo bolsonarista para deslegitimar as investigações, num paralelo com o que foi a chamada “Vaza Jato”. Argumentava-se que a divulgação dos áudios visava alimentar a narrativa de perseguição política, especialmente após as acusações de parcialidade enfrentadas por Sergio Moro durante a operação Lava Jato. Contudo, especialistas jurídicos apontaram que a robustez das provas e a condução institucional do processo fragilizaram essa tentativa de contra-ataque.

O nome do general da reserva Mauro Lourena Cid, pai de Mauro Cid, também ganhou destaque ao longo das semanas seguintes. Ele prestou depoimento à PF, onde confirmou detalhes sobre a venda de joias recebidas pelo governo Bolsonaro. O general, que ocupava o cargo de diretor do escritório da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) em Miami, foi acusado de utilizar a estrutura da agência – incluindo prédio e telefone corporativo – para facilitar negociações ilícitas. Além disso, investigações internas apontaram que ele teria contestado publicamente o resultado das eleições de 2022, declarando a interlocutores que Luiz Inácio Lula da Silva “não tomaria posse”.

A imprensa também revelou os bastidores de um processo controverso envolvendo a

concessão da Medalha do Pacificador com Palma a Jair Bolsonaro. A honraria foi solicitada pelo próprio Bolsonaro ainda em 2013, com apoio de testemunhas indicadas por ele e com o aval do então chefe de gabinete do então comandante do Exército, o general Mauro Lourena Cid. Apesar de o episódio relatado (o suposto salvamento de um soldado do afogamento) ter ocorrido em 1978, a condecoração só foi oficializada quarenta anos depois, em 2018, já com Bolsonaro eleito presidente da República. A cerimônia foi interpretada por analistas como um uso simbólico e político da imagem militar para rebater acusações de racismo e projetar capital político.

Em abril, novos elementos surgiram. A ApexBrasil convocou depoimentos de funcionários para aprofundar as investigações contra o general Lourena Cid. A agência confirmou que as ações do general não apenas violaram condutas administrativas como também teriam potencial criminal. Esses achados foram encaminhados à PF, ao STF e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

No início de maio, Mauro Cid foi libertado provisoriamente por ordem de Alexandre de Moraes, mas continuou sujeito a medidas cautelares, como a proibição de contato com outros investigados. A Folha de S. Paulo lembrou que Cid seguia implicado em inquéritos sobre falsificação de cartões de

vacinação e articulações golpistas durante o governo Bolsonaro.

No mês de junho, a imprensa destacou a aprovação na Câmara de um projeto de lei, originalmente de 2018, que proíbe a delação premiada feita por réus presos. Assinado por figuras do atual governo, o texto reacendeu o debate sobre a validade da colaboração de Mauro Cid, caso o projeto fosse transformado em lei. Enquanto isso, a PF prosseguiu com investigações e voltou a ouvir Mauro Cid e seu pai, após o surgimento de uma nova joia vinculada ao esquema de vendas ilegais.

As denúncias ganharam ainda mais força em julho, quando a ApexBrasil finalizou seu relatório interno e concluiu que o general Mauro Lourena Cid havia cometido infrações graves. As acusações incluíam o uso do escritório da ApexBrasil para vender joias pertencentes à União e o repasse direto de valores em espécie a Jair Bolsonaro, em Nova York, durante um evento da ONU. A PF confirmou que Mauro Cid, em um de seus depoimentos, admitiu ter entregue aproximadamente 30 mil dólares ao ex-presidente em um hotel em Manhattan. Com base nesses fatos, a PF indiciou Mauro Lourena Cid, seu filho e o próprio ex-presidente pelos crimes de peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

Ao longo desse processo, a cobertura da imprensa expôs não apenas os escândalos em si, mas o progressivo desgaste da imagem das Forças Armadas. A permanência de figuras militares no centro de escândalos de corrupção, uso indevido de recursos públicos e tentativas de subversão democrática colocou a instituição sob um escrutínio sem precedentes desde a redemocratização, exigindo respostas institucionais que ainda não vieram a público com a contundência esperada por parte da sociedade civil.

O caso Marielle Franco

Paralelamente à condução das investigações da família Cid, em março de 2024, surgiram novas evidências do crime da execução da vereadora Marielle Franco, sem respostas desde 2018. Em depoimento, o general Richard Nunes revelou que pretendia escolher Delmir Gouveia como chefe da Polícia Civil, porém como este não aceitou, escolheu um dos mandantes do assassinato, Rivaldo Barbosa para o cargo. O general afirmou que no dia do assassinato, 14/03/2018, Rivaldo Barbosa disse que designaria outro investigado do crime, o delegado Giniton Lages para a investigação. A PF concluiu que o plano do delegado e dos policiais associados ao crime era assegurar a impunidade dos mandantes, além de ludibriar o general Richard Nunes, este que

havia delatado a relação da morte de Marielle e a grilagem de terras na zona oeste do Rio de Janeiro. Assim, em 2018, o caso foi considerado um delito de ódio por aqueles que o investigaram, encobrindo a associação do crime com os irmãos Chiquinho e Domingos Brazão, ligados a interesses imobiliários milicianos.

Ademais, em julho de 2024, o general Richard Nunes foi incluído na lista de testemunhas circunstanciais apresentada ao STF pelas defesas dos réus do caso Marielle Franco.

Outros escândalos

Em maio de 2024, a Folha de S. Paulo revelou que o edital do Exército para licitação de internet via satélite acabou eliminando propostas de sete empreendimentos brasileiros que operam com esses serviços no país, pelos critérios e especificidades apresentados no edital para a aquisição dessa internet via satélite. Assim, apenas a Starlink, empresa estrangeira de Elon Musk possuía a compatibilidade integral para o que se pedia no edital para operar esse serviço na região amazônica. No entanto, a inflexibilidade do edital foi rebatida pelo diretor-executivo do Instituto de Tecnologia e Sociedade, Fabro Steibel, que revelou que mesmo

com latência inferior ao pedido, a Hughes Telecomunicações poderia exercer a tarefa. Por conseguinte, elaborou que a diferença de latência teria baixo impacto e a necessidade de sua operação dentro dos parâmetros de 100 milissegundos, como justificativa para eliminar a concorrência, deveriam ser abertamente justificadas no edital de licitação. Em resposta, o Exército justificou que os parâmetros foram definidos após pesquisas de mercado compatíveis às necessidades operacionais para o Comando Militar na Amazônia. Todavia, o jornal apontou que apesar da Starlink cumprir os critérios e especificidades, tais motivações não deveriam limitar editais ligados à Defesa Nacional, em vista de que questões de Estado como essa deveriam alavancar ainda mais os empreendimentos brasileiros, principalmente sobre os assuntos militares, de forma a não fragilizar a privacidade de informações táticas do Exército Brasileiro por se utilizar de serviços de telecomunicações estrangeiros.

Ao fim de maio, foi noticiado pelos três periódicos que militares foram afastados de seus cargos por falso aviso de enchente do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o falso aviso terminou por não proteger os cidadãos, ao emitir-se a ordem de

evacuação da suposta área de risco, sem a checagem da informação de rompimento do dique, iniciando o deslocamento da população com base apenas no aviso. Estes atuavam na Operação Taquari 2, de apoio humanitário ao Estado afetado pelas enchentes, e por fim, a instituição apenas pediu desculpas pelo ocorrido. A atuação das Forças Armadas em ações de cunho humanitário é exemplo de missão subsidiária.

Missões Subsidiárias:

Atualmente, as Forças Armadas atuam mais domesticamente, em missões subsidiárias de emergência social, como desastres naturais, ou junto à segurança pública. Assim, os militares atuam para além da promoção da segurança militar externa.

No início de junho de 2024, a Folha de S. Paulo noticiou que comparativamente há mais registros de fatalidades resultantes de treinamentos militares do que de mortes advindas de missões de paz, havendo nos últimos 11 anos 94 mortes durante a preparação militar, o dobro da mortalidade em missões. Foi revelado que a maioria dos óbitos em treinamentos é oriunda de acidentes com viaturas, de atividades físicas e do manuseio de armamentos. Além disso, foi

apontado o caso do soldado Gabriel Henrique dos Santos, de 18 anos, que faleceu durante um treinamento demasiadamente intenso sob calor extremo, em que o relatório militar não apontou responsáveis, mesmo com relatos de outros soldados sobre a violência institucional em relação ao falecido.

Em julho, as Forças Armadas novamente estavam sob escrutínio, pela denúncia de corrupção dentro da instituição militar presente no livro do coronel da reserva Rubens Pierrotti Jr., intitulado "Diários da Caserna: Dossiê Smart: A História que o Exército Quer Riscar". Nele,

o general Hamilton Mourão e o Exército brasileiro são acusados de corrupção, ao cometerem irregularidades na compra de um simulador de apoio de fogo. Essa denúncia da compra de um equipamento da empresa Tecnobit, cujo custo foi de 13,98 bilhões de euros, também foi acompanhada de supostas gravações de diálogos comprometedores. No entanto, os acusados afirmaram que este simulador auxiliou na economia de recursos públicos e de treinamento das tropas, e, por fim, as denúncias foram arquivadas pelo Ministério Público Militar

Um olhar crítico sobre a imprensa

No ano de 2024 a instituição militar esteve sob o olhar atento da imprensa, que fez uma ampla cobertura jornalística de seus principais escândalos. Apesar da pequena quantidade de matérias que fazem menções ao Exército como instituição, seus membros da mais alta patente passaram pelo olhar crítico do jornalismo, cujo foco assentou-se no julgamento de Mauro Cid, mais especificamente sobre sua associação com os atos golpistas e com o caso da venda

de jóias pertencentes ao tesouro nacional.

A grande veiculação desses episódios está ligada às grandes implicações políticas que as delações e investigações de Mauro Cid podem vir a ter em consequência de sua ligação com o ex-presidente Jair Bolsonaro. Assim, a cobertura da imprensa foi marcada pela constante associação entre Mauro Cid e a ala bolsonarista, tocando no tema da politização das forças armadas.

Sobre o vazamento de áudios de Mauro Cid e o acordo de delação premiada, o jornal Estado de S. Paulo entrevistou o jurista Sérgio Salomão Shecaira, cujo parecer técnico reforçou a gravidade das provas reunidas pela PF conjuntamente aos pontos corroborados pelos investigadores, para fundamentar os inquéritos envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro, mesmo sob ameaça de suspensão da delação. Em coluna para o mesmo jornal, Eliane Cantanhêde traçou paralelos entre o vazamento dos áudios de Mauro Cid com a Vaza Jato, duas tentativas de descredibilização de investigações ligadas à política, cujas diferenças se dão pela maior concretude de provas da primeira investigação, segundo a jornalista.

Por sua vez, a Folha de S. Paulo, avaliou que o vazamento dos áudios fazia parte de uma tentativa de descredibilizar as investigações. Posteriormente, em julho, a descoberta da associação direta de Mauro Cesar Lourenna Cid, pai de Mauro Cid, na venda ilegal de joias pertencentes ao tesouro nacional, provocou a discussão em uma coluna opinativa divulgada pela Folha, na qual o jornalista Ruy Castro afirmou que Bolsonaro usou dinheiro do Estado “para subornar os militares” e “costurar o regime

de força que viria no segundo mandato”.

Ambos os jornais apontaram para uma tentativa de descredibilização das investigações e semelhanças entre a manobra da ala bolsonarista e as estratégias usadas durante a operação Lava Jato. Contudo apenas a Folha, perante a descoberta de envolvimento direto de quadros do Exército com o caso de venda de jóias, contestou de forma direta a idoneidade da instituição, colocando em questão o possível caráter corrupto dos militares e a compra de seus membros para fins políticos.

Além disso, o caso Marielle Franco também esteve em destaque na mídia, noticiando-se os depoimentos do general Richard Fernandez Nunes sobre a indicação do mandante do crime ao cargo de presidente da PF, bem como de outros envolvidos para a investigação do assassinato. Esse assunto foi abordado com bastante imparcialidade e objetividade por parte dos jornais, que se ativeram a apenas relatar as falas do general sem fazer associações políticas, mas apontando para a complexidade da investigação.

Por fim, destaca-se a Folha de S. Paulo como o jornal que mais apresentou uma posição crítica em

relação à instituição militar, produzindo a maior quantidade de reportagens, versando sobre assuntos diversos que colocam sob escrutínio às forças armadas.

O papel da imprensa na relações civis-militares: a estabilização democrática passa por um olhar crítico

Em 2024, o escrutínio militar atingiu novos níveis de visibilidade devido aos recentes escândalos expostos neste Informe. Tais fatos são uma faceta da politização das Forças Armadas promovida pela ala bolsonarista, cuja expressão encontra forma na maior presença dos militares em cargos políticos, como membros do legislativo e de ministérios não ligados à área da defesa; bem como num discurso que tenta os movimentar em prol de interesses políticos específicos.

Tal politização do Exército, que deveria atuar enquanto mera burocracia do Estado a serviço de qualquer governo, não é uma novidade no Brasil, e sim reflexo direto dos resquícios da Ditadura Militar (1964 - 1985).

A transição democrática, do regime ditatorial para a atual estrutura representativa, foi circunscrito pela não revisão dos privilégios

militares, pela continuidade de sua presença em áreas não relacionadas à defesa e pela criação de leis brandas incapazes de impedirem a atuação de membros da corporação em cargos eleitos ou indicados da política. Dessa forma, o bolsonarismo se incubiu apenas de acentuar uma tendência que sempre foi norma no período democrático pós-1985.

Em vista disso, ressalta-se a importância de constituir-se o controle civil sobre a atuação militar de maneira a estabilizar a democracia e impedir o golpismo. Com esse fim, pode-se estabelecer um controle via legislativo, através da criação de comissões especializadas na área de defesa e de mecanismos que obriguem a política de defesa a passar por uma ampla discussão na sociedade.

A transparência e o interesse público são fomentados pela veiculação de informações por parte do próprio governo e das instituições privadas de mídia. Dessa forma, o ano de 2024 representa um importante marco nas relações civis-militares, em que

veículos tais quais o Estado de S. Paulo, a Folha de S. Paulo, e o Correio Braziliense noticiaram largamente o julgamento de militares em tribunais civis, uma novidade na história recente do país, assim como reportagens que colocam em cheque a idoneidade da corporação e as próprias práticas da doutrina militar, abrindo margem para um debate crítico por parte da população.

Em consequente, o que pode-se esperar para o futuro é a continuidade desse trabalho da imprensa como comunicadora para as massas e agente colaborativo para o controle civil sobre as forças armadas. Portanto, os jornais devem se atentar a uma cobertura embasada da atividade militar de maneira constante, não apenas quando vão à tona grandes

escândalos envolvendo o nome da corporação, garantindo para o público o acesso à informação filtrada por uma análise crítica de maneira a suscitar o interesse e o debate. Este é um passo essencial para tornar a democracia mais estável e o golpismo longe dos horizontes políticos brasileiros.

Para Saber mais

Podcast História Pirata - Episódio 126 Relações Cívico-Militares na Redemocratização - Brasil e Argentina [LINK](#)

Podcast UOL - Cid: A Sombra de Bolsonaro [LINK](#)

Podcast Café da Manhã - Episódio: O caso Marielle e a contaminação da polícia do RJ [LINK](#)